
UM ESTUDO SOBRE A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE CONTÁBIL EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE TRÊS LAGOAS

SOUSA, Marco Aurélio Batista de¹
MOURA, Aline Araujo de²

Recebido em: 2016.01.11

Aprovado em: 2016.10.11

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.1611

RESUMO: Esta pesquisa investigou a aplicabilidade do Princípio da Entidade Contábil em empresas de pequeno porte do setor varejista de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Deste modo, inicialmente buscou contextualizar o ambiente no qual será desenvolvido este trabalho mediante a apresentação e discussão de assuntos pertinentes à sua temática principal. Em seguida, foi realizado um estudo exploratório do tipo *survey* nas empresas anteriormente mencionadas, cujos dados foram obtidos por meio de questionários com questões predominantemente fechadas direcionados aos gestores das empresas, as quais se propuseram a contribuir com a pesquisa, utilizando-se para sua análise a abordagem qualitativa. Os resultados deste estudo evidenciou que muitos dos gestores não conhecem e nem aplicam os conceitos relacionados ao Princípio da Entidade Contábil.

Palavras-chave: Princípio da entidade contábil. Qualidade da informação. Empresas de pequeno porte.

A STUDY ON THE APPLICABILITY OF THE ACCOUNTING ENTITY PRINCIPLE IN SMALL COMPANIES OF TRES LAGOAS

SUMMARY: This research investigated the applicability of the Accounting Entity Principle in small businesses of the retail sector of Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Thus, initially we sought to contextualize the environment that will be developed this work, through the presentation and discussion of matters pertaining to its main theme. Then it was conducted an exploratory study of the survey type in the aforementioned companies whose data were collected through questionnaires with predominantly closed questions directed to managers of the companies, that are propose to contribute with the research, using for analysis the qualitative approach. The results of this study showed that many managers do not know and do not apply the concepts related to the accounting entity principle.

Keywords: Accounting entity principle. Quality of information. Small companies.

INTRODUÇÃO

A Contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio de uma determinada entidade contábil (conjunto de bens, direitos e obrigações), e as modificações que nele podem ocorrer em função da atividade normal de pessoas e organizações e suas inter-relações, principalmente no que reporta aos aspectos financeiros e econômicos (GRECO, GARTINER e AREND, 2009; SÁ, 2010; FAVERO et al, 2011). Deste modo, entende-se que a Contabilidade,

¹ Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Graduado em Administração pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN); Mestre em Administração e Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

² Acadêmica do Curso de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus de Três Lagoas. Bolsista de Iniciação Científica UFMS – PIBIC 2014/15(AF)-
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas

estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientações necessárias à tomada de decisão sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial (FRANCO, 1997, p. 20).

Para atingir tais objetivos, a contabilidade se utiliza de diversas técnicas, entre elas, citam-se: a escrituração contábil, para registrar os fatos que ocorrem mediante a atuação das organizações na sociedade; a evidenciação destes fatos por meio das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ou Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado); Informações entre parênteses; Notas explicativas; Quadros demonstrativo e suplementar; Pareceres do auditor; Relatórios da administração; Confirmação dos registros pela auditoria e as análises e interpretações das demonstrações contábeis (IUDÍCIBUS, 2009; COELHO; LINS, 2010).

Sendo assim, no processo de “fornecer informações econômicas, físicas, de produtividade e social relevantes para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos relevantes com segurança” (IUDÍCIBUS, 2009, p. 14), a contabilidade obtém os dados por intermédio de documentos, sintetiza-os e os apresenta aos seus usuários na forma de relatórios. Estes documentos, também denominados de informes contábeis, podem ser obrigatórios, aqueles exigidos pela lei, conforme as características das organizações empresariais e não obrigatórias, com mais liberdade de informação e especificidades, se for o caso (FAVERO et al., 2011).

Ao gerar informações para seus usuários, a contabilidade deve seguir um conjunto de regras que busca orientar as atividades dos profissionais em contabilidade neste processo. Padoveze (2004, p. 13) explica que, ao longo dos tempos decorrentes das necessidades de controle, a contabilidade foi criando instrumentos para o registro e divulgação dos fatos que afetam o patrimônio, assim, em alguns momentos, surgiram dúvidas quanto ao critério a ser utilizado para esta finalidade, o que levou os primeiros contadores a fazer opções que acabaram sendo adotadas por todos estes profissionais “ficando como regras, que passaram a ser seguidas e aceitas por todos. Essas regras básicas que foram adotadas denominamos princípios contábeis e hoje formam o arcabouço teórico que sustenta toda a Contabilidade”.

A respeito dos Princípios Contábeis (Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro pelo Valor Original; Competência e Prudência), Attie (2011, p. 25) comenta que eles têm como objetivo “orientar de forma técnica a condução do exercício profissional em todos os aspectos que envolvam de forma direta ou indireta a doutrina contábil”. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio de sua Resolução nº. 1.282/10, destaca que a sua observância é obrigatória no exercício da profissão contábil no país. No entanto, embora eles estejam mais direcionados ao processo de geração e divulgação da informação por parte do profissional da área contábil, o entendimento de tais preceitos e a sua utilização por parte dos proprietários e gestores na condução do seu negócio é fundamental para analisá-lo dentro do contexto empresarial, bem como identificar a sua evolução.

Dentre estes Princípios, neste trabalho, optou-se em pesquisar aquele que se reporta à Entidade Contábil. A atenção dispensada a este Princípio se justifica por ele ser o primeiro dentre os outros cinco princípios postulados pelo CFC, e assim constituir o início do encadeamento do raciocínio contábil, além de ser considerado como uma amarração de toda estrutura da disciplina contábil (IUDÍCIBUS e MARION, 2011). Ademais a sua atenção por parte dos empresários e gestores das organizações é considerada como fundamental, para que eles possam observar e verificar a real situação financeira e patrimonial do seu negócio e, assim, identificar os possíveis acréscimos e/ou decréscimos do que podem

ocorrer no patrimônio do seu empreendimento.

Diante destes comentários, na sequência destacam-se os assuntos pertinentes à fundamentação teórica do trabalho evidenciando: Princípios Contábeis; O Princípio Contábil da Entidade e sua importância na gestão das empresas de pequeno porte. Em seguida, apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa. Logo após, têm-se o tópico referente à apresentação e análise dos resultados e por fim, as considerações finais.

1 PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

Os Princípios Contábeis, segundo Iudícibus (2010, p. 93), representam os pilares do sistema de Normas Brasileira de Contabilidade, ao estabelecer “as regras sobre a apreensão, o registro, relatório, demonstrações e análise das variações sofridas pelo patrimônio”. E, portanto, conforme a Resolução nº. 1.282/10, do Conselho Federal de Contabilidade “representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País”.

Desse modo, a sua observância e adoção é obrigatória no exercício da profissão contábil e deve estar presente em todos os momentos da Contabilidade, uma vez que representam os preceitos que devem servir de orientação para se atingir o objetivo da contabilidade em evidenciar informações de forma clara, objetiva, relevantes e confiáveis aos seus usuários. Iudícibus (2010, p. 93) explica que “como os Princípios alcançam o patrimônio na sua globalidade, sua observância nos procedimentos aplicados resultará automaticamente em informações de utilidade para decisões sobre situações concretas”. Ademais, Coelho e Lins (2010, p. 189) afirmam que “é necessário haver convergência de entendimentos sobre as práticas contábeis, regras que sejam aceitas e obedecidas por todos, a fim de dar uniformidade e harmonização à ciência contábil”.

A finalidade da padronização dos Princípios a serem utilizados pela contabilidade, de acordo com Franco (1988, p. 13), “é de servir de guia ou parâmetros para o registro de fatos e a elaboração das demonstrações dentro de regras uniformes que facilitem a função informativa da Contabilidade”, e assim contribuindo para regulamentação das práticas contábeis, as quais são legitimadas por seu emissor, observando as suas qualidades, aceitação, eficácias, utilidades ou mesmo sua pertinência ou necessidade (POHLMANN;ALVES, 2012).

Sumariamente, em relação à adoção de Princípios Contábeis no Brasil, pode-se destacar o ano de 1972 como sendo o início de seu estabelecimento e, conseqüentemente, sua utilização, fato que ocorreu por meio da iniciativa do Banco Central do Brasil, ao emitir a circular nº 179 que tratava sobre esse assunto, “devido à vinculação da Contabilidade com a escrituração e o atendimento das exigências fiscais, em especial o imposto de renda” (NIYAMA; SILVA, 2011, p. 86). Neste mesmo ano, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a Resolução nº 321 que tratou a respeito deste tema em seu inciso V, passando a conceituar os Princípios de Contabilidade como geralmente aceitos (SANTOS et al., 2007; IUDÍCIBUS, MARION;FARIA; 2009; NIYAMA;SILVA, 2011).

Em 1981, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu outra Resolução, nº 530, que tratava exclusivamente deste assunto, estabelecendo, assim, os Princípios Fundamentais de Contabilidade que, de acordo com Santos et. al. (2007, p. 89), “tendo em vista a necessidade de fixar os princípios de contabilidade vigentes no Brasil”, uma vez que até este momento não existia um consenso sobre eles. Posteriormente, no ano de 1993, o CFC emitiu a resolução nº 750, considerando os avanços na área Contábil e destacando a necessidade de atualização dos Princípios. E, atualmente está em vigor a Resolução nº 1.282, de 2010, a qual atualizou a anterior. O Quadro 1 apresenta estas Resoluções e os

seus respectivos Princípios.

Quadro 1: Resoluções do CFC e os seus Princípios Contábeis correspondentes

RESOLUÇÕES DO CFC	PRINCÍPIOS CONTÁBEIS
530 – Princípios Fundamentais de Contabilidades.	Entidade; Qualificação e quantificação dos bens patrimoniais; Expressão monetária; Competência; Oportunidade; Formalização dos registros contábeis; Terminologia contábil; Equidade; Continuidade; Periodicidade; Prudência; Universalidade; Informação; Atos e fatos aleatórios; Correção monetária; Integração.
750 – Princípios Fundamentais de Contabilidade	Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro pelo valor original; Atualização monetária; Competência; Prudência.
1.282 – Princípios de Contabilidade	Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro pelo valor original; Competência; Prudência.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Favero et al. (2011, p. 41) relatam que “a Contabilidade sempre esteve associada ao desenvolvimento das sociedades, e ajustes são necessários para que, em cada época, as informações continuem sendo úteis para a tomada de decisões”. E, portanto, a atualização dos Princípios Contábeis por meio das Resoluções do CFC é fundamental para atender a estas evoluções. Há princípios que atualmente já fazem parte da prática contábil, foram adotados e são seguidos prontamente pela classe contábil, não havendo a necessidade de reafirmá-los, enquanto outros ainda precisam de fixação por parte dos órgãos competentes para que possam chegar a este patamar, ou seja, fazer parte cotidianamente das atividades relacionadas à Contabilidade.

2 PRINCÍPIO DA ENTIDADE E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 104) atentam para o fato de que uma definição da entidade contábil é importante por definir o campo de interesse e delimitar os objetivos e atividades que podem ser incluídos nos relatórios contábeis, ademais este entendimento “consiste em determinar a unidade econômica que exerce controle sobre recursos, aceita responsabilidade por assumir e cumprir compromissos e conduz a atividade econômica”. Com este entendimento, a Contabilidade, para Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 67), “é planejada, mantida e produz suas avaliações de demonstrações relativas às entidades, de qualquer natureza e fim, que tenham exercido atividade econômica”. É nas entidades, “por meio dos agentes econômicos, que suas operações e eventos ocorrem, inclusive levando-se em conta os relacionamentos entre entidades”. Sendo assim, Franco (1997, p. 36) diz que:

A função contábil só pode ser exercida no pressuposto de que a Entidade cujo patrimônio a Contabilidade estuda e controla tem existência identificada e efetiva distinta e independente das pessoas físicas ou jurídicas que a compõem, podendo subsistir mesmo após o desaparecimento destas. Assim o patrimônio da Entidade não se confunde, sobe qualquer aspecto, com a riqueza patrimonial de seus titulares, nem sofre os reflexos das variações nela verificadas.

Pela importância e representatividade da Entidade para a Contabilidade, faz-se necessário respeitá-la em todos os seus aspectos e particularidades. Deste modo, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução nº. 1.282/10, artigo 4, reafirma e atualiza este posicionamento ao estabelecer e enfatizar o Princípio da Entidade, o qual:

Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Percebe-se que o foco principal se refere ao aspecto jurídico e à necessidade de distinguir o patrimônio pertencente à pessoa física da pessoa jurídica (empresa), como destacam Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 69) ao afirmarem que nesta Resolução “a entidade é conceituada sob o aspecto estritamente jurídico. O conceito de garantia de propriedade ganha uma maior importância, sendo utilizado como critério para caracterizar o direito ao exercício de poder sobre o patrimônio”. O que não impede que a entidade possa ser vista e estudada sob outros ângulos e prismas mais amplos, uma vez que o gestor “necessita analisar o desempenho da entidade e essa análise é feita através de comparações com o que ocorreu em outras datas na entidade ou com outras entidades” (NIYAMA; SILVA, 2011, p. 1).

Nesse sentido, Favero et al. (2011) atentam não somente para o aspecto jurídico da entidade, mas também para o econômico, organizacional e social. O econômico evidencia o patrimônio das entidades e a necessidade de acompanhá-lo no que se reporta ao aspecto tanto qualitativo quanto quantitativo, verificando se os recursos que foram investidos estão proporcionando o retorno esperado. O organizacional, por dispor a respeito das necessidades de informação, recursos, de cada divisão da entidade, de sua estrutura organizacional. E o social, por sua vez, deve reportar às contribuições e os benefícios que a entidade proporciona à sociedade mediante suas intervenções diárias. No entanto, Favero et al. (2011, p. 39) ainda relatam que “apesar da importância de cada um ao complexo processo de geração da informação contábil, ainda assim não são suficientes para idealizar a transcendência da entidade para a Contabilidade”. E, desse modo, “é necessário observar as características dos cenários em que as entidades operam, compreender sua natureza e finalidade, bem como os requisitos da informação dos diversos usuários da informação contábil”.

Mas, de fato, estes entendimentos e possibilidades só poderão ser deslumbrados pelo gestor da organização, caso ele respeite e atente para o Princípio da Entidade Contábil, pois “sem a distinção dos patrimônios, não existe a autonomia patrimonial inerente ao patrimônio das entidades, e fazer com que a empresa permaneça em funcionamento por tempo indeterminado torna-se uma tarefa ainda mais difícil para empresários e administradores” (LOPES; MARTINS, 2005, p. 4). Santos et al. (2007, p. 92) também comentam que sem esta autonomia patrimonial, os demais Princípios “perdem os seus sentidos, pois passariam a referir-se a um universo de limites imprecisos”.

A dificuldade em entender, observar e aplicar os conceitos relacionados a este Princípio Contábil, pode-se dizer que é mais comum entre os gestores das empresas de pequeno porte. Souza Neto (2013 p. 44) “não muito raro, o próprio orçamento empresarial confunde-se com o familiar e, muitas vezes, para a entidade torna-se difícil a tarefa de separar a família da entidade jurídica”. O desrespeito ao Princípio da Entidade pode contribuir para uma má gerência e muitas vezes em “decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis” (IUDÍCIBUS; MARION, 2011, p. 20). Não sendo possível identificar a evolução do seu negócio e sua real rentabilidade, o que confere ao empresário uma situação irreal de que ele está tendo ou não retorno sobre o seu capital investido.

A condução destes empreendimentos (de pequeno porte), na maioria das vezes, é caracterizada por intuição e empirismos de seus administradores que desconhecem princípios de administração e instrumentos básicos de gestão (RESNIK, 1990; LONGENECKER, MOORE e PETTY, 1997; MATIAS e LOPES JÚNIOR, 2007; FARIA, AZEVEDO e OLIVEIRA, 2012). E a não atenção aos Princípios Contábeis, bem como a “falta de aptidão em sistemas contábeis é um fator básico de insucesso entre

pequenas empresas”. Eles pensam que por estarem envolvidos com todo o processo da empresa, tem menos necessidade deste tipo de informação, mas a realidade revela exatamente o contrário (LONGENECKER, MOORE e PETTY, 1997, p. 515).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Tendo como base o objetivo proposto, a pesquisa se caracteriza como exploratória ao procurar “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideais a fim de fornecer hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (TRUJILLO FERRARI, 1982, p. 180). Dentro dos preceitos de um estudo dessa natureza, optou-se em dividi-lo em duas etapas: a primeira, pesquisar os assuntos contemplados neste trabalho por meio de artigos e textos já produzidos e publicados (pesquisa em fontes secundárias); e a segunda um estudo do tipo *survey*, a fim de obter dados e/ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, utilizando-se de questionário (FREITAS, ET. AL., 2000).

No que diz respeito à abordagem da pesquisa, o trabalho apresenta aspectos qualitativos, que consiste no estudo de um assunto, com o objetivo de compreendê-lo. Sendo analisada mais a subjetividade, as informações não são consideradas isoladamente, mas como um todo, não havendo a necessidade de uma mensuração estatística (ALYRIO, 2009).

A população alvo desse estudo compreendeu empresas de pequeno porte do setor varejista, independente de seu ramo de atividade instaladas no Município de Três Lagoas. A escolha das empresas de pequeno porte como objeto de análise da pesquisa se deve, em primeiro lugar por sua representatividade na economia brasileira, são mais de 6,3 milhões de estabelecimentos contribuindo na geração de empregos, tributos, produção e comercialização de bens e serviços (BATY, 1994; CANECA et al.; SEBRAE, 2013). Além disto, estas empresas são mais vulneráveis em relação às de médio e grande porte, e também por haver problemas relacionados à sua gestão, incluindo questões pertinentes à Contabilidade e à observância de seus Princípios Contábeis, em particular, o da Entidade.

Em relação à escolha de Três Lagoas para a realização desta pesquisa foi proposital, em função da acessibilidade das empresas, pela possibilidade de obter parceria com o SEBRAE local. E, pelo fato de os pesquisadores residirem, trabalharem e estudar na cidade, o que facilitou o contato entre eles e as empresas participantes da pesquisa.

Para coletar os dados, utilizou-se de questionário com questões predominantemente fechadas a fim de facilitar a sua tabulação e análise, direcionado aos proprietários das empresas, objeto de estudo. As questões pertinentes a este instrumento de pesquisa foram pautadas no estudo e trabalho de Leite Filho e Oliveira (2010), intitulado “motivos que influenciaram a não aplicação do Princípio da Entidade pelos empresários do ramo de autopeças da Cidade de Montes Claros – MG”.

A distribuição do questionário ocorreu entre os meses de Janeiro e Fevereiro de 2015, para isso, contou-se com o apoio do SEBRAE Consta Leste, localizado em Três Lagoas, o qual se comprometeu a repassá-lo (questionário) via *e-mail* a (10) empreendimentos apoiados por esta entidade. Os demais (40) participantes foram escolhidos aleatoriamente, mediante a acessibilidade destes empreendimentos por parte dos pesquisadores, contando, também, com a colaboração de um Escritório de Contabilidade de Três Lagoas, o qual repassou em mãos aos clientes que se propuseram a responder aos questionamentos.

Para as análises dos dados coletados, utilizou-se da à análise descritiva, Trujillo Ferrari (1982, p. 240) cita que ela tem por finalidade “enumerar ou descrever as características dos fenômenos (coisas, objetos, conhecimento ou eventos) com base em dados protocolares e ideográficos”.

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As análises dos resultados da pesquisa seguem a ordem das questões expostas no questionário. Desde modo, apresentam-se o perfil dos respondentes do referido instrumento de pesquisa; A caracterização das empresas pesquisadas; Informações referentes à relação dos gestores destas pequenas empresas com os Profissionais de Contabilidade; Questões pertinentes à distinção do patrimônio físico e jurídico. E, por fim, questões que retratam os conhecimentos contábeis dos gestores das empresas de pequeno porte.

Perfil dos respondentes e caracterização das empresas

Nessa seção buscou-se informação a respeito daqueles que se propuseram a responder ao questionário e de seus empreendimentos. Desse modo, inicialmente apresentam-se o gênero dos respondentes, o cargo que eles ocupam nas empresas e o seu grau de escolaridade. E, em seguida, evidenciam-se alguns dados correspondentes a estas entidades.

Das (23) pessoas participantes da pesquisa, (12) são do gênero feminino e (11) do gênero masculino, sendo que todos são proprietários-gerente de suas respectivas empresas. Em relação à formação destas pessoas, a pesquisa identificou que (17) delas possuem Curso Superior, enquanto (6) não possuem. Das que possuem formação superior predomina a Graduação em Administração (6) pessoas, seguida de Ciências Contábeis (4); (1) Engenheiro Químico; (1) Letras; (1) Engenheiro de Produção; (1) Geografia; (1) Bioquímica; (1) Economista e (1) Agronomia.

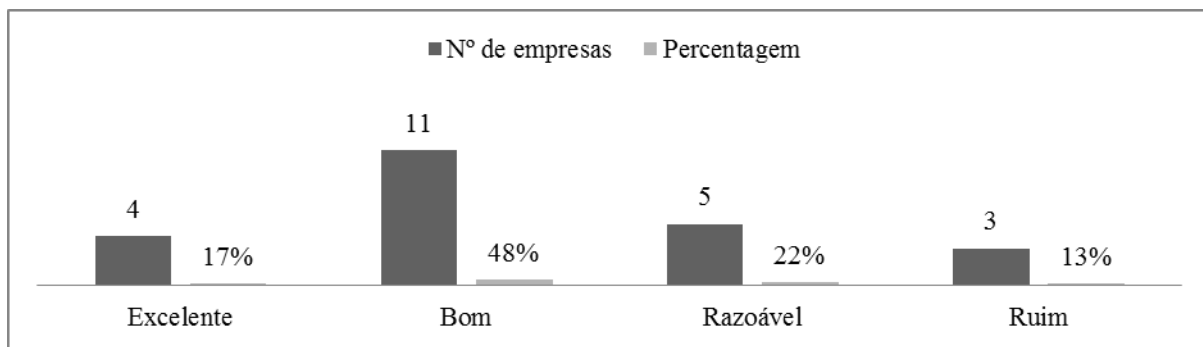
Em relação às empresas pesquisadas, elas se caracterizam como sendo de pequeno porte (micro e pequena empresa). Atuam em diferentes setores da economia, como: alimentício; transporte; comércio diversificado; saúde; materiais de construção; prestação de serviço e educação. Mas como afirmam Longenecker, Moore e Petty (1997, p. 29), “diferem enormemente em sua natureza e importância de um setor para outro”. Particularidades que neste estudo não serão consideradas.

Quanto à composição societária destas organizações, identificou que (17) delas possuem de (1) a (2) proprietários. E em relação ao número de funcionários, a maioria possui entre (1) a (6) colaboradores.

4.2 Relação com os profissionais da contabilidade

Nessa seção, apresentam-se as análises referentes à relação dos gestores das empresas pesquisadas com os serviços prestados pelo Profissional em Contabilidade. Para tanto, procurou-se identificar a percepção dos respondentes quanto à qualidade dos serviços contábeis e a justificativa pertinentes à sua qualificação.

Em relação à qualidade dos serviços prestados pelo Profissional em Contabilidade às empresas pesquisadas, (11) respondentes os qualificaram como sendo *bons*, enquanto para (5) pessoas eles são considerados *razoáveis*, mas para (4) eles são *excelentes* e para (3) *ruins*, conforme apresenta a Figura 1.

Figura 1: Grau de satisfação dos gestores em relação aos serviços prestados.

Fonte: Elaborado pelos Autores

Daqueles que classificaram os serviços prestados como sendo *bons*, (4) justificaram as suas respostas ao pontuarem o *cumprimento das obrigações fiscais e tributárias*, *pontualidade nos serviços prestados*, *disponibilidade para orientações* e por *atender às necessidades da empresa*, enquanto (3) mencionaram somente o fato de os serviços *atenderem as necessidades de sua empresa*, sendo que, para (2) pessoas justificam-se os *bons* serviços em função do *cumprimento das obrigações fiscais e tributárias*, para (1) *cumprimento das obrigações fiscais e tributárias* juntamente com a *pontualidade nos serviços prestados* e outra pessoa identificou o *cumprimento das obrigações fiscais e tributárias*, bem como o fato de estes serviços *atenderem às necessidades de sua empresa*.

Em relação às pessoas que classificaram os serviços como sendo *razoáveis*, (2) delas mencionaram *falhas na prestação do serviço*; no entanto, (1) pessoa pontuou que além de ter detectado estas falhas há também *demora no fornecimento de informações importantes*, para outro respondente a *demora no fornecimento de informações importantes* foi a causa principal de sua justificativa, e (1) respondente mencionou que embora os serviços *atendam às necessidades de sua empresa*, ele os considera como sendo *razoáveis*.

Para (2) respondentes, as justificativas pertinentes a excelência dos serviços se referem ao fato de os Profissionais em Contabilidade *atenderem às necessidades da sua empresa*, Já, para (1) gestor eles são excelentes por permitirem à entidade *cumprir as obrigações fiscais e tributárias*, pela *pontualidade nos serviços prestados* e também pela *disponibilidade para orientações* e por *atender às necessidades da empresa*, enquanto para (1) gestor a *pontualidade nos serviços prestados* é o fator principal para qualificar os serviços como sendo excelentes. E, por fim, aqueles que consideram os serviços ruins se referem às *falhas na prestação do serviço* e a *demora no fornecimento de informações importantes*.

Nota-se que a maioria dos respondentes marcou a alternativa: *cumprimento das obrigações fiscais e tributárias*, como a principal justificativa para qualificarem os serviços prestados pelos Profissionais da Contabilidade. A respeito desta situação, Spinelli (1999, p. 27) chama a atenção para a dificuldade que os clientes têm em qualificar os serviços contábeis, uma vez que, em sua maioria, eles visualizam “apenas os aspectos fiscais; não querem problemas com o fisco”.

4.3 Distinção do patrimônio físico e jurídico

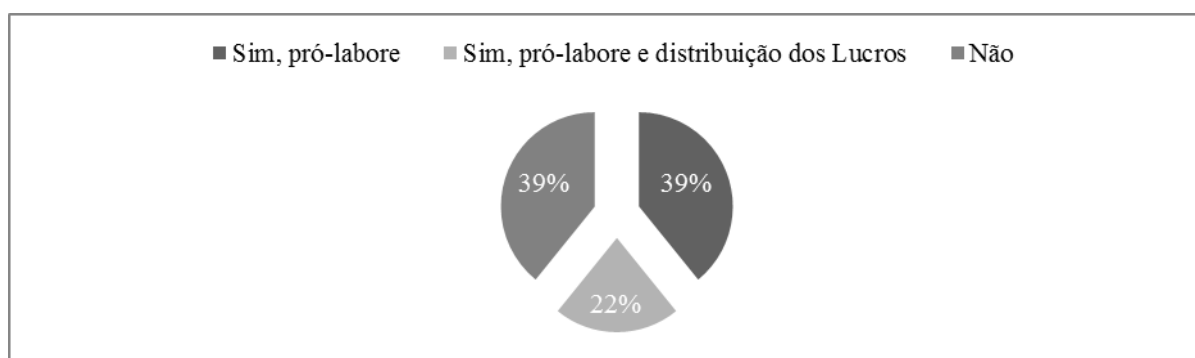
Tendo como base o Princípio da Entidade Contábil, procurou-se saber a respeito de sua observância por parte dos gestores das empresas pesquisadas, mediante os seguintes questionamentos: a) retirada de pró-labore e ou distribuição de lucros; b) meio utilizado para movimentar os recursos da empresa; c) utilização de recursos financeiros da empresa no pagamento de despesas pessoais; d) o que o gestor faz quando existe sobra de recursos na empresa; e) quais atitudes são realizadas para resolver o

problema financeiro da empresa.

a) retirada de pró-labore e ou distribuição de lucros

Em relação a esse questionamento, (9) gestores responderam que retiram somente o pró-labore da empresa, enquanto (5) apontaram que além de retirarem o pró-labore, também recebem partes da distribuição dos lucros, e (9) pessoas mencionaram que não recebem pró-labore e nem distribuição dos lucros, o que, de certa forma pode-se caracterizar um indício quanto a não observância do Princípio Contábil da Entidade e uma não-preocupação de distinguir o que é da empresa com o que é pessoal. A Figura 2 apresenta estes números por meio de porcentagens.

Figura 2: Retirada de pró-labore e ou distribuição de lucros.



Ao retirar pró-labore, o proprietário-gerente, pode-se dizer, começa a estabelecer um vínculo empregatício com a sua empresa. Embora não se buscou informações a respeito de valores correspondentes a este pró-labore, ressalta-se que deve ser compatível com sua função e não uma situação “fictícia” na entidade, onde o empresário retira simbolicamente um valor, mas, no entanto, usufrui dos resultados positivos da empresa. O fato de 39% não se utilizar destes mecanismos, apontam para esta direção.

b) meio utilizado para movimentar os recursos da empresa

Sendo questionados a respeito de qual meio utilizavam para a movimentação dos recursos da empresa, 4% mencionou utilizar-se da conta bancária pessoal para esta finalidade, enquanto 79% relatam que faz uso apenas da conta bancária da própria empresa, e 17% dos gestores se utilizam de ambas as contas (pessoal e empresa).

Os resultados apresentam a disposição em usar a *conta bancária da própria empresa* para movimentá-la, fato relevante quando o assunto é a observância do Princípio da Entidade. No entanto, outro questionamento deve ser feito tendo como base esta resposta, se isso também ocorre quanto às despesas pessoais.

c) utilização dos recursos financeiros da empresa no pagamento de despesas pessoais

Ao serem indagados, se utilizam dos recursos financeiros da empresa no pagamento de despesas pessoais, 57% afirmou fazer uso dos recursos da empresa, enquanto 43% disse que não utilizam. Como se pode observar, o fato de a maioria dos gestores afirmarem utilizar-se da conta bancária da empresa para movimentá-la, o mesmo ocorre quando de suas despesas pessoais, ou seja, desrespeitando o Princípio da Entidade Contábil. Ademais, ao observar que sua maioria utiliza os recursos da empresa para o pagamento de contas pessoais, os dados revelam a falta de

percepção dos empresários quanto ao fato de esse comportamento comprometer o desenvolvimento da empresa.

d) o que o gestor faz quando existe sobra de recursos financeiros na empresa

No que se refere ao que os gestores fazem quando existe sobra de recursos financeiros na empresa, eles costumam adotar as seguintes alternativas, apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2: Alternativas referentes à sobra de recursos financeiros.

Alternativas referentes à sobra de recursos financeiros	Quantidade de Indicações
Repõe os estoques	9
Investe no próprio patrimônio	10
Melhora as instalações da empresa	7
Investe no patrimônio da empresa	11
Não há sobras	4

O número de alternativas, exposto no Quadro é superior ao número de respondentes, uma vez que aqueles que mencionaram haver sobras de recursos poderiam considerar mais de uma alternativa.

Dentre estas alternativas, chamam a atenção aquelas que indicam a preocupação do gestor em investir no patrimônio da empresa e logo em seguida em seu próprio patrimônio. Percebe-se que a preocupação dos gestores respaldada no patrimônio pessoal e da empresa, pode ser entendida como sendo a mesma coisa.

e) quais atitudes são realizadas para resolver o problema financeiro da empresa

A pesquisa buscou identificar quais atitudes que os gestores utilizariam para resolver os problemas financeiros da sua empresa. O resultado desta identificação pode ser visualizado no Quadro 3.

Quadro 3: Atitudes utilizadas na resolução de problemas financeiros da empresa.

Atitudes utilizadas na resolução de problemas financeiros	Quantidade de Indicações
Eliminar despesas desnecessárias	23
Recorrer a empréstimos financeiros	11
Negociar prazos com fornecedores	8
Investimento de recursos próprios na empresa	7

Tal qual ocorreu na questão anterior, ressalta-se que o número de alternativas exposto neste Quadro também é superior ao número de respondentes, uma vez que aqueles que mencionaram haver sobras de recursos poderiam considerar mais de uma alternativa. Sobre esse assunto, Matias e Lopes Júnior (2007, p. 22) relatam que “nas pequenas empresas, o caixa é limitado, por isso o déficit de caixa é endêmico. Quase todas elas passam por um problema de caixa limitado em algum momento de suas vidas”.

Com base nesta situação todas as (23) empresas indicaram *eliminar despesas desnecessárias* e assim tentar equilibrar o orçamento. Com (11) indicações aparece *recorrer a empréstimos financeiros*, seguido da atitude de *negociar com fornecedores* e com menos indicação, os gestores tomariam a atitude de *investimento de recursos próprios na empresa*.

Certamente a opção mais interessante é procurar eliminar as despesas desnecessárias ao seu negócio, mas, no entanto, pode haver necessidade de recorrer a empréstimos, negociar com fornecedores e mesmo investir os recursos próprios na empresa. São situações que devem ser analisadas caso a caso, e a

empresa com o apoio de organizações como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas - SEBRAE, por exemplo, pode ser mais bem analisada.

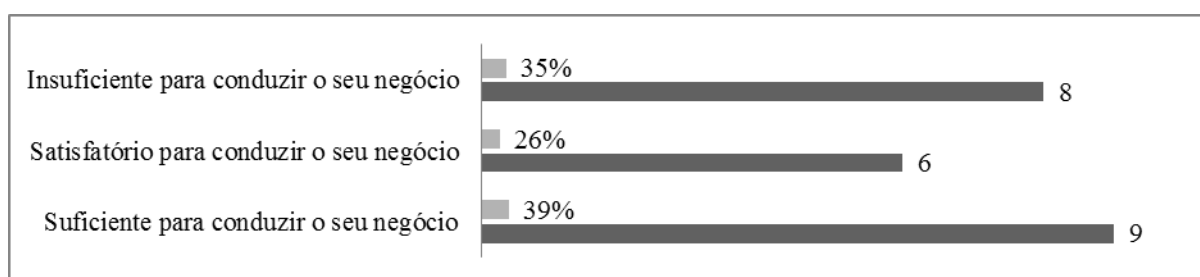
3.4 Conhecimentos contábeis

Nessa seção, destacam-se alguns aspectos relacionados aos conhecimentos dos gestores das empresas pesquisadas em relação à Contabilidade e ao Princípio da Entidade Contábil. Para tanto, evidenciam-se o conhecimento em contabilidade dos respondentes; especificamente o conhecimento deles em relação ao Princípio da Entidade Contábil e a sua aplicabilidade no seu negócio, e, se considera importante sua aplicabilidade; as dificuldades encontradas em sua aplicabilidade e, por fim, se houve alguma orientação por parte do Profissional em contabilidade em relação à observância deste Princípio.

a) classificação do Conhecimento em Contabilidade

Em relação o conhecimento em Contabilidade, os gestores puderam assinalar se eles os classificam como suficientes para conduzir o seu negócio, se são satisfatória para esta atividade, ou mesmo, se eles acreditam ser insuficientes. Os números correspondentes a estes apontamentos podem ser visualizados na Figura 3.

Figura 3: Conhecimento em Contabilidade por parte do gestor da empresa



Verifica-se que 39% dos gestores destacaram que os seus conhecimentos em relação à Contabilidade são *suficientes* para conduzir o seu negócio. Enquanto que para 35% eles são *insuficientes* e para 26% são *satisfatórios*. Sobre este assunto Longenecker, Moore e Petty (1997, p. 516) afirmam que “todo empresário deve ter conhecimento suficiente sobre o processo contábil, inclusive sobre demonstrativos financeiros, para poder reconhecer quais métodos contábeis poderão funcionar de forma mais vantajosa em suas empresas”. Certamente os conhecimentos em relação à Contabilidade contribuirão para uma gestão mais perceptível à manutenção e ao sucesso do negócio.

b) conhecimento do Princípio da Entidade Contábil e sua aplicabilidade nos negócios

De forma mais específica, outra questão buscou informações a respeito do conhecimento por parte dos gestores em relação ao Princípio da Entidade Contábil e se eles aplicam este conhecimento em seu negócio.

Sendo assim, (12) pessoas afirmaram conhecer este Princípio Contábil, enquanto (11) pessoas assinalaram que não o conhece. Dos que conhecem todos afirmaram que aplicam o conhecimento em relação a ele em seus negócios. Vale mencionar que (9) destas (12) pessoas tem formação na área de gerenciamento de negócios (Administração - 5 gestores; Ciências Contábeis - 3 gestores e Economia - 1 gestor), o que certamente facilita este entendimento: a importância da aplicabilidade em seu negócio.

Relacionado este questionamento com a questão anterior letra (a), destaca-se que das (12) pessoas, (6) delas indicaram na questão anterior *possuir conhecimento suficiente em contabilidade para conduzir os seus negócios*, enquanto (5) relataram que os seus conhecimentos são *satisfatórios*, enquanto para (1) ele é *insuficiente*.

Já, em relação às pessoas que pontuaram não conhecer o Princípio da Entidade Contábil, a ampla maioria delas, (7), está condizente com suas afirmações mencionadas na questão anterior: que os conhecimentos que possuem em Contabilidade são *insuficientes para conduzir o seu negócio*. Precedido de (3) gestores que afirmaram não conhecer este Princípio, mas mesmo assim, consideram que o conhecimento contábil que possuem é *suficiente para conduzir o seu negócio*, enquanto que para (2) pessoas, eles são *satisfatórios*.

c) importância da aplicabilidade do Princípio da Entidade em seu negócio

E ao indagar se consideravam importante aplicar o Princípio, 61% dos gestores afirmaram que *sim*, enquanto que 26% pontuaram ser *indiferentes* e 13% *não* opinaram sobre o assunto. Daqueles que disseram *sim*, (12) deles são os mesmos que afirmaram conhecê-lo e aplicá-lo, conforme se pode observar na questão anterior (b), e (2) mencionaram que, mesmo não conhecendo e não aplicando em seus negócios pontuaram ser importante a sua aplicabilidade. As pessoas que relataram ser indiferentes quanto à aplicabilidade do Princípio da Entidade referiram-se ao fato de não conhecê-lo e por isso não sabem da importância de sua utilização.

d) dificuldades encontradas na aplicabilidade do Princípio da Entidade Contábil

Procurou-se identificar, perante os gestores das empresas de pequeno porte pesquisadas, as dificuldades que eles encontram para aplicar o Princípio da Entidade Contábil em seu negócio. Sendo assim, foram elencadas algumas destas dificuldades as quais se julgou serem as mais comuns tanto aos gestores quanto às empresas em relação à aplicabilidade deste princípio, solicitando a estas pessoas que pontuassem qual ou quais destas dificuldades é ou são perceptíveis ao seu negócio, possibilitando a inclusão de outras, às quais os respondentes julgassem ser pertinentes. Por este motivo o número de indicações é superior ao número de respondentes.

Dentre as dificuldades mais comuns está a *carga tributária alta*, considerada por (15) dos respondentes, seguida pela *falta de capital de giro* assinalado por (14) gestores, e pela concorrência, mencionada por (10) deles. Em seguida, tem-se em destaque a dificuldade de *falta de cliente*, destacado por (8) respondentes, seguido por *problemas financeiros* relatado por (7) gestores, e, com menor indicação, aparecem: *legislação desfavorável ao crescimento da empresa*; *falta de esclarecimentos por parte do contador*; *falta de crédito bancário*. Ainda, em relação a estas dificuldades, (2) respondentes incluíram os problemas relacionados à economia do país como um dos fatores que atrapalham a aplicabilidade do Princípio da Entidade em sua organização empresarial. Leite Filho e Oliveira (2010, p. 60) afirmam que “empresários que não aplicam o Princípio da Entidade na administração das empresas sofreram mais necessidades financeiras que aqueles que o respeitam”.

e) Orientação do Profissional em Contabilidade quanto ao Princípio da Entidade

Posteriormente a identificação das dificuldades em relação à aplicabilidade do Princípio da Entidade, questionou-se aos respondentes a respeito da participação do Profissional em Contabilidade em orientá-los no que tange a este princípio e à sua observação. O resultado desta indagação demonstra que 78% dos (23) gestores não receberam qualquer tipo de apoio do Profissional em Contabilidade em relação a este questionamento, o que pode contribuir para a não-utilização do Princípio, enquanto 22%

evidenciaram que receberam. Embora a maioria dos empresários relatasse não haver uma orientação por parte de um Profissional Contábil, apenas 4 indicações foram verificadas no que se refere à *falta de esclarecimento por parte do contador*, como uma das principais dificuldades encontradas em sua aplicabilidade.

A porcentagem de gestores que não receberam orientação do Profissional em Contabilidade a respeito do Princípio da Entidade é preocupante. Resnik (1990, p. 138) chama a atenção que “estabelecer um sistema contábil que sirva como valiosa ferramenta administrativa é responsabilidade conjunta do proprietário-gerente e do contador”.

E para que isso possa ocorrer, faz-se necessário que o responsável pela empresa tenha com o Profissional da Contabilidade “uma ampla discussão, a fim de determinar o que você precisa – as informações contábeis e os controles financeiros específicos para ajudá-lo a entender a empresa, salvaguardar e usar seu patrimônio de maneira produtiva” (RESNIK, 1990, p. 151). Muitos empresários não sabem do que precisam, enquanto Profissionais da Contabilidade têm dificuldade em apresentar as possibilidades que a Contabilidade pode proporcionar a estes empresários.

A orientação por parte do Profissional em Contabilidade é fundamental, pois “pode ajudar a determinar melhores maneiras de apresentar informações que lhe dizem respeito. Portanto, pode haver divulgação de aspectos relevantes e omissão de aspectos irrelevantes, os quais poderiam obscurecer a informação básica” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 104).

CONCLUSÃO

A literatura consultada destaca e enfatiza a importância do Princípio Contábil da Entidade para as organizações empresariais, independentemente do seu porte. Especificamente, em se tratando das empresas de pequeno porte, esta relevância fica mais latente para sua condução e sobrevivência, uma vez que a distinção entre o patrimônio da pessoa física e jurídica é um fator primário para o reconhecimento da Entidade, controle e desenvolvimento de suas atividades. No entanto, apesar disto, a pesquisa revelou que a utilização e observância deste Princípio ainda não são unânimes entre os gestores das pequenas empresas participantes do estudo. Verificou-se que a maioria daqueles que têm conhecimento a seu respeito possuem uma formação em nível superior voltada à área de negócio, como: Administração; Ciências Contábeis e Economia, enquanto os outros não. Estas mesmas pessoas que revelaram ter o conhecimento a respeito deste Princípio também destacaram possuir conhecimentos suficientes ou mesmo satisfatório para conduzir o seu negócio e também formam a maioria que consideram importante a aplicação do Princípio da Entidade em seus negócios.

Muitos deles revelaram utilizar-se de retiradas como pró-labore e distribuição de lucros na empresa, enquanto outros mencionaram não fazer uso desta prática, que favorece a não-utilização dos preceitos do Princípio da Entidade. Embora destacassem o fato de utilizarem em sua maioria da conta bancária da própria empresa para movimentar os recursos desta organização, esta mesma conta também é utilizada para pagar despesas pessoais, caracterizando mais uma vez a não-distinção entre os patrimônios e a confusão entre aquilo que é da empresa com o que é pessoal.

Ademais, os dados da pesquisa também evidenciaram que muitos dos proprietários-gestores classificam os serviços prestados pelos Profissionais em Contabilidade à sua empresa como sendo *bons e excelentes* e justificam esta qualificação pelo fato de estes serviços *atenderem às necessidades de sua empresa* principalmente no que se refere *ao cumprimento das obrigações fiscais e tributárias*. No entanto, apesar disto, os gestores pontuaram que não receberam por parte deste profissional qualquer tipo de

orientação em relação ao Princípio da Entidade e a sua aplicabilidade em seu negócio, o que certamente influencia alguns dos gestores a não entenderem os conceitos relacionados a este Princípio, bem como não aplicá-lo diariamente em suas atividades de negócio, fato que é preocupante, mas que não exige a responsabilidade do proprietário gestor na condução de seus negócios.

Também se pode observar, do ponto de vista dos gestores que outros fatores podem ocasionar a não-aplicabilidade deste Princípio tais como: alta carga tributária praticada no país, a falta de capital de giro; a concorrência; a falta de clientes: os problemas financeiros das empresas, dentre outros com menos incidência.

REFERÊNCIAS

ALYRIO, R. D. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj/Consórcio Cederj, 2009.

ATTIE, W. **Auditoria conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2011.

BARROS, S. F. **Contabilidade básica**. 2. ed. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

BATY, G. B. **Pequenas e médias empresas dos anos 90: guia do consultor e do empreendedor**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1994.

BRASIL, CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n. 1.282: Princípios de Contabilidade**. Brasília: CFC, 2010.

CANECA, L. R. et al. A influência da oferta de contabilidade gerencial na percepção da qualidade dos serviços contábeis prestados aos gestores de micro, pequenas e médias empresas. **Pensar Contábil**, v. 11. n. 43. p. 35-44. 2009.

COELHO, C. U. F.; LINS, L. S. **Teoria da contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

FARIA, J. A.; AZEVEDO, T. C.; OLIVEIRA, M. S.; A utilização da contabilidade como ferramenta de apoio à gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de feira de Santana. **Revista da Micro e Pequena Empresa**. Campo Limpo Paulista, v.6, n. 2, p. 89-106, maio-ago. 2012.

FAVERO, H. L. et al. **Contabilidade teoria e prática**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCO, H. **A Evolução dos Princípios Contábeis no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FREITAS, H. et al. O método de pesquisa *survey*. **Revista de Administração**, São Paulo: v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRECO, A; GÄRTNER, G; AREND, L. **Contabilidade: teoria e práticas básicas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

HENDRIKSEN, E. S; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 9. ed São Paulo: Atlas, 2009.

- IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, S; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, S. MARION, J. C. **Curso de contabilidade para não contadores**: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- LEITE FILHO, G. A; OLIVEIRA, L. L. Os motivos que influenciam a não aplicação do princípio da entidade pelos empresários do ramo de autopeças da cidade de Montes Claros – MG. **Revista Enfoque Reflexão Contábil**. V. 29, n. 1, p. 49-61, janeiro/ abril 2010.
- LONGENECKER, J. G. MOORE, C. W; PETTY J. W. **Administração de pequena empresa**: ênfase na gerência empresarial. São Paulo: Pearson, 1997.
- LOPES DE SÁ, A. **Fundamentos da contabilidade geral**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- LOPES, A. B; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.
- MATIAS, A. B; LOPES JÚNIOR, F. **Administração financeira nas empresas de pequeno porte**. Barueri: Manole, 2007.
- NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica**: uma introdução à prática contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- POHLMANN, M. C.; ALVES, F. J. S. Regulamentação. In: LOPES, A. B; IUDÍCIBUS S. (Coord). **Teoria avançada da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 235-272.
- RESNIK, P. **A bíblia da pequena e média empresa**. São Paulo: Makron Books, 1991.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SÁ, A. L. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SANTOS, J. L. et al. **Teoria da Contabilidade**: introdutória, intermediária e avançada. São Paulo: Atlas, 2007.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Taxa de sobrevivência das empresas no Brasil**: Coleção estudos e pesquisas. São Paulo: SEBRAE, 2013 (a). Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/93772f4f62b0716c573d3a9ed5a6a3aa/\\$File/4456.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/93772f4f62b0716c573d3a9ed5a6a3aa/$File/4456.pdf)> Acesso em 20 de abril de 2015.
- SPINELLI, E. L. Valorização da prestação de serviços contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Distrito Federal, n. 115, p. 26-27, 1999.
- SOUZA NETO, R. Princípio da entidade e a empresa familiar. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 4, n. 1, p. 41-45, 2013.
- TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

